



IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

MINERAÇÃO DE OURO ARTESANAL: DE OPERAÇÕES CLANDESTINAS PARA UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL?¹

Janne Rantala e Talassamo Ali

Neste documento, o nosso foco incide na extracção de ouro em Moçambique. Com base no trabalho de campo levado a cabo entre Maio e Agosto de 2021, testemunhámos o que está a ter lugar neste contexto através da observação directa, entrevistas e conversas, nos distritos da Gorongosa (Sofala), Chiúre, Namuno e Montepuez (Cabo Delgado) e nas respectivas capitais provinciais, Beira e Pemba. Estes relatos foram recolhidos junto de funcionários dos governos locais, mineiros informais, agricultores, membros da comunidade, activistas e pessoal de ONG. Observamos aspectos positivos e negativos, bem como o potencial económico e social em cada uma das comunidades onde ocorre a exploração mineira informal. Estes impactos variam, dependendo do tipo de organização da actividade de mineração, da repartição dos ganhos, do contexto social e político mais amplo e da intervenção de outros actores a nível local, nacional, regional e global. São aqui apresentados quatro factores relacionados com os diferentes tipos de impacto da actividade mineira, nomeadamente:

1. *Factor político* - várias elites moçambicanas utilizam o seu passado como libertadores do país contra o colonialismo para se apropriarem de grandes áreas mineiras, não permitindo aos jovens locais empreender qualquer actividade económica independente das empresas;
2. *Factor económico* - a existência de comunidades pobres em localidades onde ocorrem muitos recursos naturais que não podem ser explorados pelos habitantes locais, com o governo a apresentar como justificação para tal a suposta falta de organização. Isto faz com que as economias das comunidades permaneçam deficitárias;
3. *Factor social* - constatámos uma grande estratificação da sociedade em classes: por um lado, as famílias pertencentes às elites sociopolíticas que representam uma minoria e, por outro, o resto da população;
4. *Factor cultural* - pouca consideração pelas culturas locais por parte das empresas de mineração industrial, o que gera conflitos.

Impactos da exploração informal do ouro

A exploração mineira artesanal é uma actividade com impactos sociais e económicos visíveis em todos os distri-

tos estudados. Entre os efeitos positivos, que variam significativamente entre os distritos, encontramos melhorias na vida das famílias directa ou indirectamente envolvidas na mineração informal, nomeadamente os próprios mineiros, vendedores de alimentos, transportadores, carregadores de pedras, escavadores, compradores de ouro, engenheiros, proprietários de moageiras, agricultores, praticantes de medicina tradicional, entre outros. A série de todos os indivíduos envolvidos na extracção de ouro cobre uma cadeia de grande valor para a sustentabilidade das suas famílias, pelo que é questionável que o Estado ou um actor licenciado para a exploração mineira, deva pôr em causa esta cadeia de produção, tendo em conta que apenas uma pequena minoria da população tenha um trabalho assalariado. A mineração informal é uma forma de procurar a sustentabilidade, embora nem sempre se baseie nas técnicas preconizadas pela Lei de Minas (20/2014). No entanto, nos distritos visitados, muitas comunidades estão agora organizadas de modo a obter o apoio necessário para uma exploração mineira sustentável, uma vez que os lucros gerados nas minas permitem à população local construir e comprar casas, comprar viaturas e máquinas, bens pessoais básicos e outros e, ao contrário da imagem pública estereotipada, investir na agricultura e na educação dos filhos.

Para além dos benefícios privados, a mineração artesanal contribui para a construção e manutenção de bens comuns, tais como escolas, mercados, igrejas, mesquitas, abastecimento de água potável, postos de saúde, e plantio de árvores. Quando legalizada, o que raramente acontece, a exploração mineira artesanal pode também dar uma contribuição significativa para as receitas do Estado. Apesar destes efeitos benéficos, a mineração artesanal é quase sempre praticada de maneira informal, o que expõe os mineiros, os compradores e os fornecedores de serviços à perseguição pela polícia, bem como pelos seguranças privados das empresas de mineração. Todavia, o não reconhecimento legal das associações de mineiros ou das suas actividades não significa que as comunidades não estejam organizadas, muito menos que não estejam interessadas. O que não existe é o apoio do Estado. Foram registados casos nos distritos visitados que as comunidades solicitaram a intervenção do governo para oficializar a exploração mineira informal, mas apenas obtiveram um

apoio limitado. Este facto explica-se porque a terra já está ocupada pelas elites, tal como se verifica na aldeia de Natuco, distrito de Chiúre, onde a terra foi concedida a um famoso veterano da luta anti-colonial, Raimundo Pachinupa. Este é também co-proprietário da empresa Mwiriti Mining, que possui uma das maiores concessões mineiras da província e é um dos accionistas da Montepuez Ruby Mining (MRM) e da Nairoto Resources.

Os impactos negativos da exploração mineira artesanal que têm recebido mais atenção pública resultam da própria natureza da exploração mineira, da sua organização e da sua criminalização de facto, que permite aos tribunais proferir penas de prisão de três anos por exploração mineira não licenciada. Os mineiros e outras pessoas que se encontram nas minas correm o risco de se tornar alvo de violência física ou estrutural por parte da polícia ou das empresas de mineração multinacionais. Nos distritos onde é praticado um nível elevado de "garimpo ilegal", como as autoridades lhe chamam, os mineiros e os compradores são a maioria dos detidos, por exemplo no distrito de Montepuez. Os mineiros são suspeitos de vários tipos de crimes, tais como o financiamento dos insurgentes em Cabo Delgado². São também vítimas de agressões por ladrões e pelas forças de segurança, como aconteceu em 2012 e 2017 com os mineiros da comunidade de Namanhumir (Cabo Delgado), que tinham descoberto rubis na área actualmente explorada pela MRM. As mulheres apanhadas nas minas são facilmente designadas de prostitutas pelas autoridades e tornam-se vítimas de vários abusos. Como consequência da exploração mineira que se tornou "clandestina", tendem a surgir áreas que não são muito controladas pelo Estado e onde os próprios mineiros podem estar envolvidos em conflitos entre si e com terceiros. Nos casos em que a mineração informal não contribui para a redução da pobreza, as crianças e adolescentes tendem a abandonar a escola para se envolverem na mineração. Nestes locais, onde geralmente não existem mecanismos eficazes de reconciliação entre os interesses da mineração e da agricultura, existe um elevado risco de invasão e destruição dos campos agrícolas. Os funcionários públicos, a polícia, os soldados e o pessoal da Frelimo tendem a exigir subornos. Existem também elevados riscos para a saúde, devido à poeira, acidentes e poluição da água e do solo causados pela utilização de produtos quím-

¹ Esta publicação faz parte do projecto 'Towards an Inclusive and Peaceful Society in Mozambique' - TIPS, com o apoio financeiro da União Europeia. Agradecimentos especiais a Sérgio Chichava, líder do projecto de pesquisa; aos pesquisadores locais Hana Abudo, Aura Nelson e Afonso Sefu; aos parceiros do projecto: Finn Church Aid/Network of Religious and Traditional Peacemakers (FCANTRP) e Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD).

² Grupo Jihadista que desde 2017 têm atacado o norte de Moçambique, particularmente Cabo Delgado, e que o Estado associa fortemente à mineração informal.

cos tóxicos. Embora existam muitos riscos, estes, ou alguns deles, não são específicos da mineração artesanal e alguns podem ser minimizados através de uma melhor gestão e organização.

Gorongosa dos rios e machambas de ouro

A Gorongosa é um distrito rico em recursos – que incluem solo fértil, ouro, rios para irrigação – e com um ambiente biologicamente diversificado onde diferentes interesses na utilização destes recursos criam conflitos. Tomamos como exemplo a Associação de Mineiros Artesanais de Gorongosa (AMAG), que foi legalizada, mas ainda não possui uma licença de exploração mineira. A AMAG existe há mais de uma década, mas só foi legalizada em 2017 (Governo da Província de Sofala, 2017). A legalização foi possível graças ao apoio do Estado a nível local, o que encorajou os mineiros e os agricultores que descobriram ouro em Tsiquiri em 2002 a formar uma associação. Graças à legalização, a mineração informal está a gerar ganhos significativos para as famílias dos cerca de 60 membros nativos do distrito, bem como para um grande número de fornecedores de serviços, que têm relativa segurança contra o assédio. As relações entre o governo distrital liderado pelo partido Frelimo e a associação liderada por um presidente que é do mesmo partido são aparentemente boas, mas existe uma desconfiança implícita entre as partes, que pode ser ilustrada por um caso que ocorre desde 2021, altura em que a associação deixou de fornecer informações sobre as quantidades de ouro extraído.

No entanto, a extracção ilegal de ouro é muito comum e acontece principalmente nas margens dos rios e nos campos, sem o consentimento do proprietário do terreno. Os mineiros nativos, tais como os membros da AMAG, costumam negociar compensações para os agricultores e proprietários das terras, que mais tarde tendem a ser incluídos na associação. Mas os mineiros itinerantes, que vêm de fora para obter ganhos rápidos, raramente negociam com os agricultores.

Gorongosa não é o único distrito de Sofala rico em mineiros, onde os habitantes locais enfrentam desafios na legalização das actividades, apesar de ainda haver muitas terras não ocupadas por esta actividade, possivelmente devido à instabilidade desde 2013 originada pelo conflito entre o governo e a Renamo. Embora muitos pedidos de concessões mineiras estejam pendentes, a única empresa operacional na Gorongosa é a Irmãos Minerais, Lda., com cerca de 2.800 hectares concessionados. Foi fundada pelo falecido Ministro do Interior, Manuel António. A AMAG e a Irmãos Minerais estão localizados a cerca de 12 km da capital do distrito. Em contrapartida, a sul e norte da vila, nas comunidades que tradicionalmente apoiavam a Renamo – particularmente na localidade da Casa Banana – onde se registou uma descoberta atípica de ouro em 2017, não foi aprovado nenhum processo de legalização da mineração artesanal, embora a grande descoberta tenha atraído uma multidão de altos funcionários do Estado, dirigentes do partido no poder, polícias e agentes dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (SISE) que estavam presentes nesta região devido ao conflito militar. Em si mesma, a lei não confere vantagens aos membros de nenhum partido, mas foi observado que em nenhum dos 27 distritos visitados no âmbito deste projecto havia minei-

ros informais afiliados aos outros partidos políticos que conseguiram legalizar as suas actividades. Os enormes desafios na legalização, causados pelos conflitos com os interesses de conservação do Parque Nacional da Gorongosa (PNG) e com as empresas mineiras, colocam os mineiros informais numa situação em que são vulneráveis à perseguição. Em Junho de 2021, 42 mineiros foram condenados a penas de prisão depois de terem sido acusados de mineração ilegal na zona tampão do Parque Nacional da Gorongosa (Observador 2021). No entanto, a AMAG e a Irmãos Minerais, ambas legalizadas, desenvolvem as suas actividades noutra parte da zona tampão, a apenas 7 km do Parque.

Mineiros informais organizados em Chiúre e Namuno

Contrariamente ao que se passa em Sofala, em Cabo Delgado, a existência de grandes concessões para exploração e mineração pertencentes a uma pequena elite ligada ao Partido Frelimo, constitui um dos factores que impedem o licenciamento de operadores de pequena escala. Nestas condições difíceis, os mineiros em Chiúre e Namuno pretendem ganhar apoio das comunidades através da criação de uma estrutura que para além dos mineiros, inclua representantes da comunidade, incluindo mulheres. É o caso da Associação de Mineiros de Natuco em Chiúre, que não se limita apenas à mineração informal, mas procura encontrar a forma mais correcta e sustentável de canalizar parte das suas receitas para as comunidades locais. No distrito de Namuno, na aldeia de Nanlia, existem duas associações mineiras estruturadas da mesma forma. Uma especificidade organizacional das associações de Namuno é que elas incluem os compradores de ouro licenciados porque é considerado crime vender ouro a indivíduos sem licença. O nível de organização destas associações é elevado, mas em todas as minas destas associações regista-se uma reclamação comum por parte dos membros, nomeadamente a má colaboração com os governos de Namuno e Chiúre. Em Montepuez, não resta muito espaço para a legalização da mineração artesanal porque quase todas as terras foram ocupadas por multinacionais em parceria com as elites nacionais.

Um aspecto importante da exploração informal do ouro nestes distritos é que os mineiros vivem nas comunidades, compreendem os seus problemas e partilham parte dos seus rendimentos com elas. A Associação de Mineiros de Natuco é disso um bom exemplo. Quando perceberam que as comunidades precisavam de uma escola, reorganizaram a associação a fim de canalizar fundos para este objectivo.

Os membros desta associação conseguiram vender o ouro localmente. Depois de venderem o ouro, construíram uma escola primária do primeiro grau, com uma estrutura funcional composta por uma directora e três professores. Obtiveram madeira, chapas de zinco e mão-de-obra local. A associação tem outros projectos, tais como a construção da sede da associação na cidade de Chiúre. Além disso, os seus membros planearam a construção de uma esquadra da polícia para contribuir para a segurança pública. Notámos que estas ideias provêm dos membros mais velhos e experientes que estão a orientar o trabalho dos jovens mineiros de Natuco. Porém, existe um impasse porque o governo não autorizou estas actividades, embora reconheça os seus benefícios para o distrito. A relação entre a

associação Natuco e o governo do distrito não é boa, devido aos compromissos assumidos pelo governo para com a família Pachinuapa. Na aldeia de Nanlia em Namuno, as comunidades acusam o governo de não permitir que as duas associações trabalhem de forma totalmente legal, embora a legalização das associações tenha sido publicada no Boletim da República.

Conclusão

Os governos dos distritos de Namuno, Chiúre, Montepuez e Gorongosa reconhecem o potencial da mineração informal para o desenvolvimento local e pretendem incentivar a legalização das associações de mineiros, embora se queixem de neste momento não estarem a obter quaisquer receitas porque as associações não possuem todas as licenças previstas na lei. De um modo geral, os governos distritais que vivem diariamente com as comunidades favorecem a descentralização do licenciamento das associações quase sem excepção. Frequentemente, as grandes concessões de minas industriais são concedidas a nível central, sem o conhecimento do governo distrital, que tem de lidar com as consequências das concessões, incluindo os conflitos entre as comunidades e as empresas mineiras industriais. As comunidades mineiras, exclusivamente, e alguns governos locais, preferem ter associações de mineiros e compradores informais legalizados, no lugar de empresas de mineração pertencentes à elite nacional e a multinacionais, porque acreditam no potencial da mineração local para contribuir para o desenvolvimento local. A coexistência entre os mineiros industriais e artesanais em alguns distritos, como a Gorongosa, é outra opção, mas é difícil se a maior parte da terra já tiver sido concessionada, tal como acontece em Cabo Delgado. Para uma empresa de mineração industrial, com os actuais salários e condições de trabalho, pode ser um desafio recrutar mão-de-obra, pois as comunidades conhecem o valor das pedras preciosas e do ouro e consideram a mineração informal mais vantajosa do que o trabalho formal. Muitas vezes optam pelo trabalho assalariado por medo da violência policial e por falta de outras oportunidades. Actualmente, mesmo os mineiros assalariados preferem praticar a mineração informal fora do seu horário de trabalho. Assim, a situação é muito semelhante a algumas descrições clássicas da emergência de um proletariado através da força noutros locais e situações históricas (Polanyi, 2009). Neste contexto, uma colaboração mais estreita entre as comunidades mineiras e os governos distritais pode reduzir os conflitos. As instituições ligadas à gestão de conflitos resultantes da exploração de recursos naturais e reconhecidas localmente podem desempenhar um papel importante neste processo.

Referências

Governo da Província de Sofala. (2017). 'Despacho', Boletim da República III Série 159 (12 de Outubro).

Observador. (2021). 'Tribunal manda prender 42 garimpeiros que ameaçavam Parque da Gorongosa em Moçambique'. Disponível em: <https://observador.pt/2021/07/05/tribunal-manda-prender-42-garimpeiros-que-ameacavam-parque-da-gorongosa-em-mocambique/> [Consultado em 16 de Outubro de 2021].

Polanyi, K. (2009) [1944]. Suuri murros. Aikakautemme poliittiset ja taloudelliset juuret [The Great Transformation: The political and economic origins of our time]. Tampere: Vastapaino.